



BOLETIM DA ACADEMIA PAULISTA DE HISTÓRIA



ANO IV

21 DE ABRIL DE 1993

N.º 11

EDITORIAL

A História de São Paulo nas Escolas de São Paulo

Variadas circunstâncias, acumuladas em meio século de uma crescente recusa aos valores estruturadores da nossa cidade (assim do país como do estado) levaram a que, em São Paulo, seja conferido um pequeno ou nenhum valor à sua História. Quem sabe, também, por receio, inveja ou ódio à sua grandeza. E logo em São Paulo (município e estado) para onde acorrem multidões desarraigadas de seu solo, berço e história e portanto mais necessitadas de conhe-

cerem e eventualmente amarem as raízes e fundamentos do seu novo chão e pátria. Para estes milhões já, constituiu-se ato de caridade cívica, ensinar a História e a Geografia. Mas é exatamente essa dose necessária de intimidade com o passado e de confiança no futuro, que vem sendo negada.

Procurando corrigir tal situação, bem de acordo com sua finalidade e propósito, em passado recente, entidades do porte e da preocupação da Academia

Paulista de História, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Academia Paulista de Letras, dirigiram-se ao Governo do estado solicitando a inclusão das matérias História e Geografia de São Paulo no currículo estadual. O silêncio foi a resposta.

Com a sua eleição para vice-prefeito da capital e a nomeação para dirigir a Secretaria de Educação do Município, o professor, historiador, poeta Sólton Borges dos Reis, empunhou a bandeira que buscava um paladino. Evidentemente, no seu âmbito, o do município. Pesa o dizer que encontrou resistências. Dando mão forte ao Secretário que defende uma boa causa, a nossa academia, as entidades acima citadas e várias outras de alta representatividade emitiram uma conclamação ao Povo Paulistano (ler o texto em outro local desta edição) e de apoio ao Secretário Sólton.

Mais do que nossa obrigação, é nossa convicção nos pontos defendidos naquele documento.

Conclamação

Ao Povo Paulistano

(Conforme o nosso editorial, abaixo o texto do manifesto entregue ao senhor Secretário da Educação do Município).

O Secretário da Educação da Municipalidade de São Paulo, Professor Sólton Gorges dos Reis, adotou iniciativa de alta relevância, ao propor que no currículo das escolas municipais se inclua a História de São Paulo.

Desde a povoação de São Vicente, desde Manoel da Nóbrega e Anchieta, desde Martim Afonso de Souza e João Ramalho; desde Tibiriçá e Piquerobi; desde Bartira, Mecia Ussu e a Tapuia; desde Amador Bueno da Ribeira; desde Borba Gato, Dias Paes, Raposo Tava-

res e Anhanguera; desde o episódio do Rio das Mortes e a participação na guerra holandesa; desde o grito do Ipiranga, até a revolta liberal de 1842 e a revolução constitucionalista, em 1932; desde os ciclos do ouro, do café, do açúcar, do milho, do algodão e até as recentes sagas da soja, da laranja e da borracha, até as realizações de suas indústrias, de seus serviços, de seu comércio, dos empresários de todas as áreas produtivas, de seus escritores, de seus artistas, de seus pensadores, seus

comunicadores, seus estadistas; desde a colonização portuguesa, as contribuições do negro e as correntes migratórias, de todo o nosso país e de todo o mundo, que fizeram de São Paulo mescla muito particular de raças e de culturas — a História paulista tem sido sempre luz fulgurante, que ilumina a História do Brasil.

Aplaudindo a iniciativa, estas entidades confiam em sua concretização.

São Paulo, Fevereiro de 1993.

MONTEIRO LOBATO E O «PRISIONEIRO DE UBATUBA»

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Em 1925, publicado pela Companhia Editora Nacional, então sediada no Rio de Janeiro, apareceu um volume quase em formato de bolso intitulado *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*. Continha a tradução "ordenada literariamente" por Monteiro Lobato do famoso relato de viagem de Hans Staden, impresso originalmente na Alemanha em 1557 e reconhecidamente o primeiro livro publicado sobre o Brasil. De fato, o que se conhece anterior a Hans Staden são breves notícias, como as cartas de Américo Vespucci, os capítulos do *Paesi nuovamente retrovate*, a *Nova Gazeta da Terra do Brasil* e outros que tais. Livro "mesmo", a prioridade cabe ao simpático artilheiro prisioneiro de Ubatuba.

Passaram-se no entanto mais de trezentos anos sem que o famoso relato de Hans Staden viesse a ser conhecido em nosso País. Isto só ocorreu 1892 com a tradução de Tristão de Alencar Araripe Júnior, que, aliás pouco contribuiu para a sua divulgação, pois foi publicada não em livro, mas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de circulação restrita. E ainda com o grave inconveniente de não ser uma tradução direta do original alemão, mas da edição francesa de Ter-

naux-Compans, publicada em Paris em 1839. Em volume a obra só aparecerá em 1900, numa edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, comemorativa do quarto centenário do descobrimento do Brasil, em tradução direta por Alberto Loefgren, com notas de Teodoro Sampaio. Esta edição foi, trinta anos mais tarde, aproveitada pela Academia Brasileira para uma reedição bem mais cuidada e de melhor apresentação gráfica que a do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Portanto, quando Monteiro Lobato se propôs à sua "ordenação literária", o livro já era bastante raro. O texto do escritor paulista difere bastante do original quanto à ordenação da matéria, sem, contudo, prejudicar o entendimento. Aliás, o próprio Monteiro Lobato declarou-o no prefácio à edição de 1925: "esta obra, que devia andar no conhecimento de todos os brasileiros, viveu até hoje restrita aos estudiosos por falta de uma coisa só: ordem literária. Sem este tempero, por mais interessante que seja, não consegue uma obra vulgarizar-se. Com esta edição fazemos uma tentativa neste sentido. Ordenamo-la literariamente, com o mais absoluto respeito ao original, de modo que venha a lucrar em clareza sem prejuízo do caráter documental". E quanto ao interesse do livro, acrescentou: "É obra que devia entrar nas escolas, pois nenhuma dará melhor aos meninos a sensação da terra que foi o Brasil em seus primórdios". E neste espírito, desenvolvem-se os 53 capítulos, pequenos todos eles, no máximo de três páginas cada, reproduzindo as deliciosas gravuras da edição original, que figuram também na edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e em todas as demais que do livro se fizeram ao longo de todo este tempo. Constituem tais gravuras os primeiros documentos pictóricos da vida brasileira. Só por elas valeria o livro de Hans Staden, ainda que outros méritos ele não tivesse.

Meu cativo entre os selvagens do Brasil alcançou excelente repercussão, pois já no ano seguinte aparecia a segunda edição, com a Companhia Editora Nacional agora estabelecida em São Paulo, à rua dos Gusmões. Esta segunda edição apresenta uma originalidade: figura como volume primeiro de uma coleção intitulada "Brasil Antigo", que prometia muita coisa, mas ficou em dois volumes, sendo o segundo o livro também famoso de Jean de Lévy, e também "ordenado literariamente" por Monteiro Lobato. E a repercussão do livrinho continuou, pois em 1927 aparecia uma terceira edição.

Monteiro Lobato retomou seu Hans Staden vinte anos mais tarde, em 1945, também para a Companhia Editora Nacional, no volume *Hans Staden, suas viagens e cativo entre os índios do Brasil*, integrando a preciosa coleção "Biblioteca do Espírito Moderno" (seção "História e Biografia", vol. 39). Esta edição acrescenta algumas páginas que não constam do tempo em que

o livro se chamava *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*: a dedicatória de Staden ao "Sereníssimo e Nobilíssimo Senhor Príncipe Philipsen, Landgrave de Hessen", o prefácio de um certo D. Dryander, a oração de Staden "enquanto estava entre os selvagens para ser devorado" e mais 36 pequenos tópicos (chamados impropriamente "capítulos") que antecedem a narrativa tal como ocorre nas três edições anteriores; a seguir, os 53 capítulos do *Meu cativo* são reproduzidos integralmente.

No prefácio a esta edição de 1945, que, sem qualquer razão, aparente, reproduz o prefácio à edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de 1990, Monteiro Lobato volta a insistir no interesse de sua "ordenação literária": "Ora, as traduções literais podem ser muito interessantes para os estudiosos de uma obra, não para o público, visto como a falta das qualidades modernas de clareza e ordem literária dificultam a leitura para a grande maioria dos leitores, composta de curiosos apenas interessados na história e não no estilo bárbaro em que foi escrita". Isto vem a propósito da declaração do dr. Alberto Loefgren justificando ter feito para a edição do Instituto Histórico uma tradução "literal". E continua Lobato: "Daí a nossa idéia de remodelar a tradução no sentido de maior clareza, sem prejudicar a narrativa em coisa nenhuma. Tudo quanto Hans Staden contou em seu livro está no texto da presente edição, apenas com mais ordem e clareza. Era o meio de reviver o interessantíssimo livro e o fizemos para benefício do grande público."

A sugestão de Monteiro Lobato de fazer o livro de Hans Staden "entrar nas escolas" não se viabilizou, mas o grande escritor acabou fazendo mais: procedeu a uma adaptação infantil das "aventuras" do viajante alemão. Lembro-me de quando apareceu. Deveria andar pelos meus dez para onze anos e fiz questão de ler a curiosa história narrada por Dona Benta aos seus netinhos Pedrinho e Narizinho e mais Emília e Tia Nastácia. Não houve menino da época que não lesse essas "Aventuras de Hans Staden", tornando o nome do simpático artilheiro familiar à garotada de então. Possuí por muito tempo o exemplar adquirido na velha e tradicional Casa Genoud, de Campinas, rua Barão de Jaguará esquina com César Bierrenbach, onde se localiza hoje a redação do "Diário do Povo". E este livro continuou sempre sendo reeditado entre a literatura infantil do escritor paulista.

Hoje, dispomos de edições melhores e mais completas de Hans Staden. Ninguém precisará recorrer à "ordenação literária" de Monteiro Lobato para conhecer o relato famoso, do qual numerosas edições existem ao alcance dos leitores. Mas me pareceu justo recordar a contribuição do autor de "Urupês" para a divulgação do precioso livro.

EXPEDIENTE

Academia Paulista de História

Diretoria 1989/91

Presidente: *Duílio Crispim Farina*

Vice-Presidente: *Hernâni Donato*

Secretário-Geral: *Isaac Grimberg*

Tesoureiro:

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

Diretor de Publicação e

Jornalista Responsável:

Hernâni Donato

SJPESP 1227

— ✕ —

As matérias assinadas não recebem, necessariamente, a aprovação e a responsabilidade da Academia.

Composto e Impresso

KMK - Artes Gráficas e Editora Ltda.
Rua Catulo da Paixão Cearense, 624
Telefones: 579-6417 e 579-0145 - Saúde

Reflexões sobre um suposto plágio

JOSÉ DA VEIGA OLIVEIRA

Para o lexicógrafo Antonio de Moraes Silva, *plágio* significa "a fraude ou vício do plagiário". *Plagiário*: "O que usa de pensamentos ou expressões alheias como suas, e sem as referir a seu Autor" (1).

Por seu lado, Aurélio Buarque de Holanda, no verbete *Plagiar*, define com precisão e clareza absolutas: "Assinar ou apresentar como seu (obra artística ou científica) de outrem; imitar (trabalho alheio)" (2).

O conceito de plágio (do grego "Obliquo") abre ensanchas a uma infinidade de modulações conotativas, as quais, bastas vezes, desaguam nos gabinetes de juizes de Direito, procuradores ou promotores de Estado, de tribunais superiores, ensejando postulações jurídicas, ressarcimentos econômicos de vária índole, desde que a obra ou o trabalho estejam escudados explicitamente na lei, na proteção aos direitos de autor.

A fim de que haja plágio é imperiosamente imprescindível que a prova da *cópia servil* se manifeste cabal, inconcussa, incontroversa, de clareza meridiana, indefensável, a desafiar quaisquer sutilezas argumentativas ou sibilinas.

Estas reflexões vem a propósito de interessante debate, travado no C.E.His (Centro de Estudos Históricos) do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Integrante do sodalício, em termos incisivos e dogmáticos, certo professor pontificou que a *Divina Comédia* de Dante Alighieri agasalharia nada mais nada menos do que o *Kissat al-Mirrag* — a enigmática estória da ascensão do fundador do Islamismo, o profeta Maomé (Mohammed) às regiões celestes. Por outras palavras: uma lenda popular e fantasmagórica, largamente difundida em todo o vasto mundo religioso islâmico.

O assim denominado *Livro da Escada* foi traduzido pela primeira vez em plena Idade Média, do árabe ao espanhol, pelo médico israelita Abraão de Toledo, por ordem do rei de Castella Alfonso X, o Sábio, ele próprio douto intelectual, escritor, responsável pela difusão de numerosas obras manuscritas islâmicas.

O C.E.His foi colhido de surpresa e ceticismo pelos argumentos do paleógrafo espanhol. Verificaram-se acalorados debates. O tema era de profunda complexidade. A bem dizer, ninguém estava em condições técnicas de enfrentar tão peremptória balda, a envolver a *Divina Comédia*, expressão sublime e imorredoura do gênio de Alighieri, sem obliterar outra importante obra, o *Convívium*. Impunham-se o estudo, a consulta, a reflexão acurada. Acudiu-se à mente, *prima facie*, um contra-argumento simplista: por que motivo, após sete séculos, ninguém suscitou um suposto plágio do poema dantesco perante o *Livro da Escada*? Não me dou por especialista da literatura medioeva. Bastas vezes reli a *Comédia*, conheço a maior parte das obras musicais nela inspiradas, porém não me sinto capacitado para ir além.

Foi então que decidi recorrer às luzes intelectuais do meu colega e fraterno amigo, o professor doutor Renato Cirell Czerna, sucessor do professor doutor

Miguel Reale na titularidade da cátedra de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, co-fundador do Instituto Brasileiro de Filosofia, respeitadíssimo intelectual, radicado na Itália, onde leciona no Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Roma. Jurista, filósofo de sólida e transcendente envergadura, de linha idealista neo-hegeliana, Cirell Czerna tem vários trabalhos publicados. Colegas fomos desde o curso secundário do Colégio São Luiz, de São Paulo e nas históricas Arcadas do Largo São Francisco. Era o homem talhado em *queue de poisson* para o exame crítico da temerária e infundada tese levantada pelo paleógrafo espanhol.

Em duas alongadas cartas com que me obsequiou de Roma, o egrégio prof. Cirell Czerna prolatou autênticas aulas, de tal modo profundas, de altíssimo porte, que não furtar-me-ei de lhes transcrever os tópicos mais salientes, pertinentes ao debate ora em tela de discussão. E para mais detido embasamento crítico-histórico teve a supina gentileza de transmitir-me, sob xerocópia, o texto integral da conferência do douto sábio islamista Giorgio Levi della Vida, sob o título *Aneddotti e Svaghi Arabi e non Arabi — Dante e l'Islam secondo nuovi Documenti*, — pronunciada a 1.º de fevereiro de 1952, na Faculdade de Letras de Argel.

Com a palavra o prof. Czerna:

"Evidentemente falar em "plágio" é simplesmente ridículo, expressão de pseudo-cultura e de ignorância. Senão, vejamos (esta expressão aprendi de você, muitos anos atrás...). O poema de Alfonso X el Sábio não parece ter muito a ver com a questão; mas se nele se contém algo, então deveríamos falar em plágio também nesse caso, porque as verdadeiras fontes dessa problemática são antigas lendas islâmicas (grifos do autor), muito anteriores, tanto à *Divina Comédia* quanto ao rei espanhol — que tratam da viagem noturna do Profeta Mohammed e de sua visão das regiões infernais."

Um parêntese necessário, segundo a lição do prof. Giorgio Levi della Vida: "O *Livro da Escada* narra de como o profeta Mohammed, adormecido por artes do anjo Gabriel, por ele conduzido à égua Burák, é transportado de Meca até Jerusalém. Deixando a alimária e subindo os degraus de uma escada, vai ao céu. Uma por uma, ascende às sete esferas, defrontando-se com as mais estupendas maravilhas: o colossal galo cósmico, o Anjo da Morte, o Anjo do Juízo Final, além de outros anjos de estatura gigantesca. Contempla a mansão dos bemaaventurados, plena de frescas águas e árvores floridas, junto às quais as huris (3) acolhem, sorridentes, as almas dos justos. Do alto dos céus contempla as sete terras superpostas, cuja natureza lhe é explicada por Gabriel. Vê o infernal báratro, o abismo com seus tormentos, descritos minudentemente. É acolhido como irmão pelos profetas que o precederam, e com eles mantém diálogo. Finalmente encontra-se perante o Trono do Senhor. Trêmulo, ouve sua palavra eterna. Retorna à terra, enfrenta a descrença dos ímpios, que duvidam da realidade da sua via-

gem. Prefere narrar as peripécias aos companheiros da fé, a fim de que possam transmiti-las aos pósteros".

Este, em substância, o famoso relato da viagem noturna de Maomé. Explicamos o prof. Cirell Czerna: "Não: a questão da possível influência islâmica em Dante e as respectivas, amplas e numerosas polêmicas surgiram, como já disse, em virtude do livro do orientalista espanhol Miguel Asín Palacios, *La Escatología Musulmana en la Divina Comedia* (1.ª ed. 1919; 2.ª ed. 1942). (...) Mas, de qualquer maneira, falar em "plágio" em casos deste tipo (idéias árabes ou da cultura árabe, refletidas, por exemplo, na obra de Dante) — e não somente com respeito a Dante — (aliás, quantos grandes foram acusados de plágio! Lembro-me agora, por exemplo, de Stendhal: certa ocasião alguém lembrou que o obscuro autor "plagiado" por Stendhal teria ficado perfeitamente desconhecido e as idéias dele nenhum valor teriam adquirido, se não tivessem sido plagiadas pelo genial Stendhal...); falar em "plágio" em casos que tais, repito, é demonstração de perfeita ignorância do âmbito histórico-cultural. Como já observara, nenhum gênio nasce como um fungo, sem história, mas é sempre a expressão de uma série de condições espirituais e materiais; e isso, evidentemente, em nada diminui sua importância ou significação. Então deveramos porventura duvidar da imensa significação do *Faust* goetheano, porque a lenda popular do *Doktor Faustus* remontaria ao fim da Idade Média, e, entre outros, Marlowe, muito antes de Goethe, havia também escrito o seu *Faust*?" (4)

"Acabo de reler o trabalho de Giorgio Levi della Vida, que eu havia lido mais de 30 anos atrás. Devo, pois, retificar algumas de minhas expressões anteriores, bem como confirmar outras. O trabalho do eminente orientalista reflete bem a serenidade e a grande objetividade do verdadeiro estudioso, historiador e humanista, mas, em última análise, ele também reduz ao mínimo a possível influência "concreta" (não, porém, a atmosfera genérica e indireta cultural árabe-islâmica que envolveu toda a Idade Média) do pensamento islâmico na obra de Dante, e isso em que pese seu possível conhecimento de um documento direto.

"Quanto ao rei Alfonso X, o Sábio, nego que esse rei mandasse traduzir precisamente as lendas islâmicas sobre a viagem noturna do Profeta e suas visões celestiais e infernais.

"Mas o que vale confirmar e repetir é que o problema e as inúmeras discussões por ele provocadas surgiram com o livro já citado de Don Miguel Asín Palacios, e que tais polêmicas culturais se tornaram um fato por demais conhecido, de maneira tal que a "descoberta" do seu colega espanhol se apresenta um tanto atrozada.

"Finalmente o conceito de *plágio*, se assim usado, revela — como já observei — "pseudo-cultura", ignorância histórico-cultural e total ausência de senso e compreensão histórica, ou seja, do caráter e do sentido do processo histórico e de seus momentos, mormente

(Continua na página 6)

Acervos, coleções e colecionado

* *DUILIO CRISPIM FARINA*

Durante a época renascentista renova-se o gosto pela obra de arte e o prazer de colecionar. Mas os locais oficiais passam a agasalhar preciosidades numa sala especial, os recintos dando origem aos Gabinetes de Estampas, medalhas, moedas etc., etc. Os séculos XVII e XVIII atingem grande fastígio.

Os particulares cultivam crescente número de bibliotecas e coleções de estampas, fruto da arte de gravar em franco desenvolvimento. Os holandeses, publicando enorme quantidade de pranchas gravadas, logo incorporadas às principais coleções públicas e também aos acervos particulares, incrementam a difusão de temas históricos, motivos centrais de labores calcográficos. Distinguido desde cedo, tornou-se o precioso conjunto "Le Grand Théâtre de l'Univers", atlas organizado em Amsterdã, no século XVIII. Somam-se coleções de desenhos, medalhas antigas, estátuas e baixos-relevos, inscrições e pedras gravadas. É um excepcional acervo que vem parar no Brasil pelas mãos de Antônio de Araújo Azevedo, futuro conde da Barca. Em 1878, elevado ao posto de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Haia, cargo que ocupou durante turbulentos anos que a história registra e onde sua atuação, de maior importância política, culminou com sua prisão pelo governo napoleônico nas masmorras francesas do Temple, durante quatro longos anos.

Nesse período, na Holanda, fins do século XVIII, o conde da Barca empregou os lares que lhe deixavam os encargos diplomáticos, e organiza biblioteca sempre acrescida até sua morte, atualmente incorporada à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e forma a Coleção Araujense. Antes constituía a base da Biblioteca Pública da Corte. Inclui ela também entre os papéis manuscritos relações de livros requisitados por Junot, quando da ocupação de Lisboa. Ao morrer, o conde da Barca, por dívidas acumuladas, os seus bens são levados à hasta pública, inclusa sua livraria. Entram em leilão em 1819, são arrematados pelo bibliotecário padre Joaquim Dâmaso, em nome do Gabinete Público. Eram 2.418 obras em 6.329 volumes, todos trazendo os ex-libris do nobiliarca bracarense, gravado a burel e com o escudo de família.

Acervo a incluir "Le Grand Théâtre de l'Univers", cartas geográficas, desenhos de cidades, pinturas, obras do colecionador Goswinius Uilenbroeck. Incluem-se também 130 volumes adquiridos pelo embaixador português na Holanda, o quarto conde de Tarouca, João Gomes da Silva, e outros.

Núcleo importantíssimo, base e cerne da cultura humanística universal em nosso país. Ajuntou-se àquele da Real Biblioteca de Ajuda, e a do Infante trazidos pelos Braganças ao Brasil em 1807.

Acomodadas no Rio de Janeiro, no local então ocupado pelo Hospital da Ordem Terceira do Carmo, depois removido para o Recolhimento do Parto,

pondo-se a Biblioteca em comunicação com a Capela Real por meio de passagem. Não era, em verdade, pública, entretanto dava-se entrada nela às pessoas munidas de permissão especial para consultarem seus livros, estampas etc.

Foram nomeados conjuntamente diretores da Real Biblioteca no Rio de Janeiro, o franciscano frei Gregório José Viegas e o padre Joaquim Dâmaso, da Congregação do Oratório. Ramiz Galvão, professor de filhas e netos do segundo imperante, médico, historiador, diretor da Biblioteca Nacional, adentrou os anos republicanos aureolado pelo respeito da nação e constituiu-se em legatário do patrimônio literário e cultural chegado do Império.

D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, filho de dona Leopoldina, duquesa de Saxe-Coburgo Gotha, neto dos monarcas brasileiros, teve régias coleções, medalhística e moedas. Coletou também gemas preciosas, da Mineralogia, que veio a descrever em monografias lapidares. Moedas gregas e romanas, ainda não descritas em catálogos especializados, raros exemplares "flor de cunho" da Olbia (Sarmácia), com cabeça laureada de Apolo, de Bizâncio (Trácia), com busto vestido de Galeno, de Tebas (com cabeça de Demeter), do Epiro (com efígie de Augusto), de Esmirna com Caracala, da Frígia, de Sardes (Lídia), com Nero, e estas e mais aquelas, expressão de alto poder aquisitivo, mas de bom gosto e conhecimento.

As peças do Paço Imperial e demais pertences do patrimônio da família de D. Pedro II foram dispersadas pelo martelo desagregador de um acervo não rico, mas distinto, de alto valor histórico. Algumas peças, pelo cultivo entusiasta de alguns poucos colecionadores, exornam os armários de devotos estudiosos. Muitas se perderam. Zacarias de Góis e Vasconcelos, o grande político e parlamentar, primeiro governador do Paraná, ainda província do império, incorporou no seu acervo peças deste núcleo e sua coleção foi também dispersada nos anos 40 e 50 deste século. O escritor destas laudas possui em sua coleção algumas dessas peças de valor histórico.

Citamos dois marcos, acervos-bases, lastros passados aos dias republicanos; ingressemos agora na primeira república. Deodoro da Fonseca encomenda louças para si e para ornar o Palácio do Itamarati, abrigador inicial do governo republicano. Os símbolos positivistas substituem a heráldica antiga e os galardões de fumo e café. Os republicanos históricos, formados nos valores do Segundo Império, exilam o imperador, afastam seus seguidores, mas bordam timbres e encomendas em Sévres, Limoges, e até em manufaturas da Inglaterra e Germânia, louças não mais brasonadas, mas com iniciais e símbolos familiares.

Glicério apõe nelas o barrete frígio, símbolo da Revolução Francesa. O Proclamador do regime republicano manda gravar o prenome Deodoro. Mudam os dísticos ideológicos, mas continuam afirmações de mando e poder, geralmente mais exacerbadas. Agora comendadores e coronéis da Guarda Nacional repetem usanças dos velhos potentados:

"O glória de mandar, ó vã cobiça a que chamamos fama", nos versos de Luís de Camões.

Galeno Martins de Almeida nasceu na fazenda das Escadinhas, em Santa Isabel do Rio Preto, na antiga Província Fluminense. Transferiu-se seu pai, João Batista Martins de Almeida, com a família para São Manoel, em S. Paulo, onde a cultura cafeeira tomava o seu maior incremento. Formou-se em Direito, na Academia de S. Francisco, foi promotor público em diversas comarcas e ocupou cargos de confiança governamental. Empreendeu numerosas viagens ao rio da Prata e à Europa; visitou museus, coleções e galerias de arte. Começou a formar Brasiliana, que acabou por se tornar de notáveis proporções. Com o maior entusiasmo pôs-se a procurar obras de nossa brasiliana ou relacionadas com o Brasil. Com residência, mais tarde, no Rio de Janeiro, empolgado pelo estudo de nossas tradições, com notável erudição, difícil não lhe foi respirar e avaliar, em mãos de antiquários e de particulares, objetos de valor, ignorados ou repudiados pela moda do dia. Conseguiu recolher retratos, porcelanas, cristais, móveis da família imperial brasileira, preservou-os da destruição, retirou-os do olvido e os trouxe para a Memória da História.

Somou pratas, cristais, quadros, móveis antigos (da época), valiosos livros dos mais prestigiosos da Brasiliana. Realizou com Sebastião do Rego Barros uma exposição de arte retrospectiva com inúmeros objetos imperiais. Afonso Taunay, ao apresentar-lhe a coleção leiloada em 1955, entendia ter a mostra constituído o ponto de partida para o posterior e crescente interesse despertado por tudo quanto assume aspectos tradicionais brasileiros. A sua biblioteca incluía obras clássicas de valor, do quilate das de Debret, Castelnau, Martius, Rugendas etc. Faleceu em S. Paulo em 31 de janeiro de 1948. Merece referência também a sua coleção de estampas alusivas ao passado de S. Paulo.

A baronesa de Bonfim e o barão de Mesquita, ligados por parentesco, originários da velha nobreza, por longos anos do século XX, desmesuraram com as peças de seu acervo, legítimo e ímpar patrimônio cultural-artístico: móveis, porcelanas, quadros clássicos, louças inglesas, da fábrica de Vincennes, das Índias e de Macau. Laurinda de Santos Lobo recebeu de João do Rio (Paulo Barreto) o título de "marechal da elegância". Em seu salões desfilaram durante decênios a sociedade e os visitantes mais ilustres que passaram pela Guanabara.

Dotada de rara inteligência e possuidora de uma elegância singular, foi Laurinda a figura ímpar da primeira república. Amiga dos humildes, caridosa, fez benemerência. Na sua bela residência de Santa Teresa recebeu, em 1920, os soberanos belgas que aqui vieram a convite de Epitácio Pessoa. Dignos de menção seu mobiliário europeu com peças excepcionais, o seu salão chinês, as inúmeras peças de jacarandá, cômoda e oratório em estilo D. João V, a sala do oratório, e tanto mais. Trazia do Exterior peças de raro bom gosto, tapetes do Oriente, Aubussons. Amante da boa música, do teatro, tinha frisa perma-

res das artes na pátria brasileira

nente no Municipal do Rio. Durante a guerra de 1914, para mostrar o grande amor que tinha pela França, usava sempre no dedo anular três grandes anéis: um brilhante, uma safira e um rubi que simbolizavam o *bleu-blanc-rouge* da bandeira gaulesa. Requisites de aristocrata, expressão da *Belle Époque*.

A viscondessa de Cavalcanti; esposa de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, de rara inteligência e cultura, amiga e discípula do barão do Rio Branco, ornamento, graça e beleza, talento a refulgir nos salões da Europa e a nos legar o precioso "Catálogo das Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras Referentes ao Brasil" da coleção a ela pertencente e vindo à luz em Paris, em 1910.

Os tesouros opulentos de nossa imaginária, talha, lonça antiga, e das porcelanas brasonadas dos grandes do Império e dos novos senhores do Brasil, passam a ser cobiçados, procurados por um grupo de escól, apaixonados, ao qual se agregam os amantes da pintura acadêmica. Ainda nos dias da República, em São Paulo, com a morte do major Sertório, seu acervo de minerologia, gemas, pássaros empalhados vai originar as primeiras coleções do Museu Paulista, no Ipiranga. Compra e doação do conselheiro Mairinque.

Na chácara Maria Antônia (hoje rua do mesmo nome), José Farina (avô deste cronista) entesoura biscuits, faianças, estatuária portuguesa, peças de Alcobça, Vista Alegre, e coletas de porcelanas, peças de Nymphenburgo, Sèvres, Vincennes, Capodimonte, Meissen-Dresden, KPM-Berlim, Schlackenwald e Ludwigsburgo.

Colecionadores preludiam já nos anos vinte o fastígio e a opulência de montras de valor. Alvaro Sales de Oliveira, numismata exemplar, membro do IHGSP, mestre a nos guiar nas belezas de condecorações e medalhas da Tomada de Caiena, Forte de Coimbra, das Campanhas de Montevidéu, Tuiuti e Uruguaiana.

Octales Marcondes, com rara seleção de imagens religiosas, oratórios e ourivesaria de boa monta e melhor escolha. Argemiro Siqueira, patriarca das artes plásticas, pintura acadêmica. Heitor Portugal, nas cambiantes esplendorosas, jóias de nossos prateiros, do Brasil e Portugal.

Djalma Fonseca Hermes, polivalente, amante de quase todas as artes, impulsionado por ardores quase juvenis, mesmo entrado em anos, atilado perquiridor na polivalência das emulações.

Simoens da Silva com seu Museu enriquecido pelas lembranças e troféus da guerra do Paraguai, de Solano Lopes: ele brioso, pleno de orgulho por suas heranças, atavismos oriundos dos amores de Pedro Primeiro com a baronesa de Sorocaba, irmã de Domitila. Josephson, louça brasonada, bela coleção de azeitoneiras. Celani, Pinotti, Farano, Rafael Parisi, Leme Ferreira, Artur Guimarães, pioneirismo construtivo, principalmente no que concerne à pintura acadêmica.

Tempo de leiloeiros incentivadores: Ernani, no Rio de Janeiro; Florestano, Basile pai; negociantes Moisés, Saul, Levy e tantos outros. Vão ser continua-

dos por Fernando Medeiros, Francisco Schwartz, José Claudino da Nóbrega e pelo francês Beneteau, este no setor das artes plásticas a nos enriquecer com telas de mestres ingleses, franceses, italianos, tais como Chrétien (mestre de Pedro Alexandrino), Smargiassi, Corrodi, Beauquesnes, Thomas Creswik e dezenas de renomados pintores.

Julius Meili, na numismática; Dolz e Sanchez, Ribas e Petriolo, na filatelia. Todos comerciantes e incentivadores das artes, em dias felizes da Paulicéia. Os grandes filatelistas Mário de Sanctis, Paulo Ayres, Itamar Bopp, Humberto Cerruti, ligados ao colecionismo dos selos. No comércio dos selos de correios são ativos, após os anos 40, Klappholtz, Schiffer, Koenigsfeld, antigos aficionados aqui arribados, tangidos pelas guerras e opressões, seguindo ofício ligado ao antigo hobby.

Com início na primeira república as coleções de Yan de Almeida Prado (história, organização política e social, período colonial, álbuns de viajantes e mapas); Mário de Andrade (vanguardas européias, modernismo, literatura, música, folclore, antropologia e artes plásticas); Alberto Lamego (período colonial, missões jesuíticas e região de Campos, R.J.); na qual se encontra a obra mais antiga do acervo, a Crônica de Nuremberg, de Hartmann Schendel (1493); José Feliciano de Oliveira (positivismo, história, geografia e astronomia); Alfredo Ellis (história de S. Paulo, sociologia, política e literatura). Estas últimas cinco hoje felizmente se encontram na biblioteca do Instituto Estudos Brasileiros.

E ainda devemos lembrar a biblioteca de Aureliano Leite (São Paulo e revoluções) na Câmara Municipal; a de Pereira Matos (Camoneana, na Academia Paulista de Letras); idem (Camoneana), de Assis Chateaubriand, em Belo Horizonte; a de Eduardo Prado, perdida, vendida ao Jôquei Club de Buenos Aires e aí queimada por peronistas, novos vândalos (ou turcos) destruidores da biblioteca de Alexandria...

A biblioteca de Agripino Grieco com 50 mil volumes; a de Aurélio Buarque de Holanda, 9 mil tomos, "a maior parte dicionários e obras filosóficas"; a de Sérgio Buarque de Holanda, 8 mil volumes; a de Oliveira Lima, 40 mil volumes, na Universidade Católica da América, onde era professor, tornando-o alto centro de estudos brasileiros a serviço do panamericanismo; a de Rui Barbosa, com 35 mil tomos, somada em 52 anos de procuras, dela dizendo-se que seu catálogo era a memória de Rui. Além destas, citamos a de Plínio Doyle (rara machadiana) e a de Josué Montelo (literaturas espanhola, francesa e vernáculo português). As coleções do conde de Boneval, senhor Correa, Hermínio Lunardelli, Eldino Brancante, Armando Arruda Camargo, etc. etc.

Em São Paulo surge nos anos sessenta a Sociarte, Sociedade dos Amigos da Arte, capitaneada pelos senhores Argemiro Siqueira, Rafael da Nova, Heitor Portugal, Américo Ribeiro dos Santos, Rafael Parisi, João da Cruz Vicente de Azevedo, Augusto Veloso, engenheiro Garcês, Olavo Guimarães, Duílio Crispim Farina, etc, etc. Congregam colecionadores das artes plásticas, precipua-

mente acadêmica, mas também mobiliário, louças, prataria, talhas, imagens religiosas, etc, etc. Entre outros objetivos somam aqueles de perpetuar a arte dos antepassados e cultivar a Memória da Pátria. Enumeramos tão-somente alguns espécimes raros de coleções régias, exemplos de outros dias, de porte, garbo e magnitude.

Mobiliário rico e de majestade. Poltronas de cabedal com couros taxevados com pregarias de latão ou em labores de solas cinzeladas com espaldares trajados, envolvendo animais fabulosos, dragões e grifos. Cadeiras de braços, pé-de-cachimbo em cópias de modelos da platéia do Teatro Lírico. Cadeiras-tesouras com pernas em X, dobráveis, encosto e assentos de couro trabalhados. Cômодas de almofadões, arcazes que um dia haviam ornado as sacristias de Ordens Venerandas; credências, contadores de saia barroca, e gavetas com tremidos; aparadores, dunquerque, consolos demarcam alas às mesas de centro com adornos de acantos e aqueles de bolachas com travessas espinhadas e recortes, quando não esplendem com seus torrilhões régios por outra de entalhadores de escola e delicado torneio. As papeleiras, ratonas de D. João V e banquetas, escanços de parlatórios, canapés, sofás de cadeiras geminadas, nas salas de bem receber e de festas, complementam as espinetas de bom som e melhores melodias, ao lado, muita vez de escrínios pintados ou ornamentados de porcelana de Sèvres ou de Saxe, bem como meridianos, escabelos e sextipodes. Aldravas de bronze, ou quase sempre de prata maciça, anunciam os visitantes, nos ingressos dos interiores, pródigos em arandelas e candeieiros.

E mais arcas com pés de bulbo e tremidos com ferragens, ou mesmo aqueles marchetados, com molduras de cordão, gavetas e alças. Camas de colunas altas com armação para dossel, cabeceira com recortes e bilros, de lavras da Corte, das Gerais ou da longínqua Bahia de todos os Santos e quase todos os geniais artífices.

Lembranças de Capelas de sítios e ermidas, com altares e bustos-relicários, imagens do Menino-Deus, S. Miguel das Almas, Santana Mestre, S. José de Botas, Cosme e Damião, irmãos-médicos, a reger a hospitalidade dos solares, e mais navetas, turíbulo, ámbulas, cálices, por obra e gosto dos artesãos de Santa Luzia do Rio das Velhas, de Sabará ou da antiga Vila Rica do Pilar de Albuquerque.

Candelabro, mangas e mangotes e donzelas de cristal a iluminarem os salões doutrota. Interiores dos casarões, casas solarengas, sobradões, casas-grandes com peças d'arte, colunas com bibelôs, opalinas, biscuits, ricas molduras em quadros com retratos e vistas do velho mundo, grandes espelhos de Veneza. Piano "Pleyel", mobiliário pesado, grave, à mais das vezes solenes, em carvalho esculpido, com motivos de caça e frutas, relógios a bater os intermédios das horas, em tons graves, encimados por gamos, troféus de caça, pitoresca e farta. Ebenistas de Lisboa, lisboetas a lavrarem armários, bufetes e étagères, com cristais e vidrarias de S. Luís, Bacarat e Murano, louças de Li-

MÁRIO DONATO

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pela mesma ocasião do falecimento de Moisés Gicovate, de quem me ocupei em nota anterior, viu-se novamente São Paulo privado de um dos seus grandes valores culturais, no mundo das letras. Refiro-me ao acadêmico Mário Donato, que faleceu quase às vésperas de completar os 77 anos de sua profícua e movimentada existência.

Mário Donato era campineiro, nascido a 29 de abril de 1915, mas, indo muito jovem para São Paulo, foi na Capital que transcorreu toda a sua vida, marcada por momentos muito significativos e preenche de excelente realizações como jornalista, contista, romancista, crítico literário, comentarista político, tradutor, autor de livros infantis, e ainda diretor de entidades culturais de diversa natureza, de tudo resultando assás valiosa contribuição às letras de nossa terra. Pertencia, desde 1977, à Academia Paulista de Letras, eleito para sucessão de José Geraldo Vieira, em cadeira ocupada anteriormente por Pedro de Toledo e Monteiro Lobato. Muito dedicado à Academia, integrou sua diretoria em mais de uma ocasião e teve a seu cargo a publicação da conceituada revista editada pelo sodalício do Largo do Arouche.

Mário Donato estreou nas letras com o poema "Terra", em 1938, depois de larga colaboração em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, notadamente em "O Estado de S. Paulo", na antiga "Folha da Manhã" e no saudosos "Correio da Manhã", da antiga Capital Federal. Adquiriu renome nacional com o romance "Presença de Anita", de 1948, ao qual seguiram-se "Galatéia e o Fantasma" (1951), "Madrugada sem Deus" (1954), "Domingo com Cristina" (1962), "Tietê Barbosa" (1976), "Partidas Dobradas" e a novela juvenil "Tiro de Guerra" (ambos de 1978). Presidiu a Associação Brasileira de Escritores (seção de São Paulo), a União Brasileira de Escritores e a Associação Profissional dos Escritores do Estado de São Paulo. Dirigiu a revista "Cespaulista", órgão da CESP, Companhia Energética de São Paulo.

Embora seu leitor razoavelmente assíduo desde os tempos em que fazia crí-

tica de livros em "O Estado" (isto lá por 1940), foi só em 1958 que tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, em Campinas, por ocasião de uma conferência por ele proferida no Centro de Ciências, Letras e Artes. Com ele, na ocasião, outro excelente amigo, o saudoso Ruy Bloem, filho de um campineiro ilustre, Antero Bloem (o poeta do "Cristo de Marfim"). Ruy fora o primeiro secretário da antiga faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, cargo no qual tive o privilégio de suceder-lhe a partir de 1947 e que ainda ocupava por ocasião do encontro de Campinas. Mas, os encontros com Mário Donato foram raros. Compareci à sua posse na Academia Paulista de Letras; e foi só depois que eu próprio para ela ingressei que nosso convívio se amiudou. Assíduo e indispensável nos agradáveis "papos" que se seguiam às sessões da Academia, tinha sempre o que contar, resultado de sua longa vivência com o mundo intelectual da terra Paulistana.

Por coincidência, no mesmo dia em que tive conhecimento de sua morte, havia, momentos antes, encontrado em meus recortes de jornais velhos um seu artigo, magnífico, sobre a "Viagem à Província de São Paulo", de Saint-Hilaire, que naquele mesmo ano (1940) fora publicada pelo Martins, em tradução primorosa de Rubens Borba de Moraes.

Apreciação realmente modelar do grande livro, demonstrativa do cuidado e do critério com que Mário Donato desempenhava seu "métier" de crítico literário.

Uma das nossas últimas conversas, pouco antes de agravar-se seu estado de saúde, versou sobre Otoniel Mota, a quem tivemos o privilégio de bem conhecer. Se a memória não me falha, Mário Donato, que era de família protestante, foi batizado por Otoniel, então pastor da Igreja Presbiteriana de Campinas, mesma igreja que minha família, igualmente protestante, também frequentava. Daí as boas recordações que ambos guardamos do grande mestre da língua.

BOAS-VINDAS:

FUNDADO O INSTITUTO DE ESTUDOS DO VALE DO TIETÊ

Mais uma entidade vem juntar-se às que atuam no campo da História e de ciências correlatas. Trata-se do INEVAT — Instituto de Estudos do Vale do Tietê.

Nascido em Itu e ali sediado, congregará interessados de todos os municípios que bordejam o Tietê e seus afluentes. Aprovados os estatutos e recebidas desde logo muitas adesões, o Instituto se propõe a promover pesquisas, publicar e realizar seminários regulares para estudar e debater a história e a vida atual nas regiões de influência do rio das bandeiras. A primeira reunião, em Itu, será aberta com uma conferência do vice-presidente da Academia Paulista de História sob o título: A Função Desbravadora do Rio Tietê.

Longa vida e muito sucesso ao INEVAT.

REFLEXÕES SOBRE UM SUPOSTO PLÁGIO

(Continuação da página 3)

em se tratando de formação e estrutura de obras literárias ou artísticas e de sua inserção — inclusive metodológica — no contexto de que fazem parte.

"Assim sendo, confirmo todas as minhas anteriores e iniciais observações a respeito do problema em pauta.

"Aliás deve-se notar que o próprio Asín Palacios, iniciador de toda a problemática e orgulhoso por sua "descoberta", jamais falou em "plágio", mas repetidamente se preocupou, como é natural, em afirmar que possíveis influências culturais em nada modificam ou diminuem a importância e originalidade de uma obra literária como a *Divina Commedia*."

So far so good! Perante esta tremenda barragem de erudição exegética, o "Musikgeschichtsforscher", como Renato Cirell Czerna amavelmente se digna de qualificar quem estas linhas subcreve, dá por concluída a tarefa de pôr pingos nos "ii" numa curiosa *vexata quaestio*...

(1) *Diccionario da Lingua Portuguesa* recopilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito accrescentado, Lisboa, Typographia Lacerdina, Anno de 1813, vol. II, pg. 457.

(2) *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, pg. 1343.

(3) Huris: do árabe *hurá*, "mulher do Paraíso"; o persa *huri* e o francês *houris*. Cada uma das virgens extremamente belas que, segundo o Alcorão, não de desposar, no Paraíso, os fiéis muçulmanos.

(4) Johann Wolfgang von Goethe, expressão cimeira da literatura germânica, comenta o problema do plágio, em suas conversações com Eckermann. Vd. *Gespraechen von Goethe mit Eckermann*, trad. Maria Leivas Bastian Pinto, Rio de Janeiro, Pongetti, 1950, pgs. 106-107.

Acervos, coleções e ...

(Continuação da página 5)

moges, Companhia das Índias, ao lado de talheres argenteos, obras dos cinzeiros reinóis de Gondomar. Móveis de mogno, conversadeiras, sultanas, poltronas de descanso, cadeiras de alto espaldar, de jacarandá, embuias e vinháticos. Oratório d. João V, encarnados ou com talhas douradas, mesas Dona Maria, sofás de palhinha, ao estilo Luiz Felipe, com damascos e alcatifas, cetins e tecidos de estofa. Lençóis de cambraia de linho, e renda de crivo, da Irlanda, Bruxelas, vitrais de Holanda e até tecidos de nhanduti.

Tempos de louça brazonada, com armas e iniciais de origens variadas, mas todas de encomenda: de Viena, d'Áustria, de França (Pillyvuy, Bourgeois,

Klotz, Haviland), de William Mortlock (Regent Street) ou das Manufaturas da Marinha Grande e Vista Alegre, matriizes lusíadas.

Iluminações a gás, abundância de criadagem, na cozinha, copa, coqueiros e tantos outros serviços, moleques e mucamas. Lavandas, cremeiras, paliteiros de várias procedências e de Francisco José Vellozo, especialistas em moldes de flores e frutos indígenas, caju, carambolas, pitangas, cachos de uva, beija-flores em videiras e topos de cestos, também com gerimuns e maracujá; e ainda garrafas e botijas, taças, licoreiras de bico de jaca ou vidro de Braga e Miragaia. Fastígios, apogeos do Ciclo do Café, tempos de requintes, de cultivos e eclosões nos desvãos de instituições religiosas e familiares.

Sesmaria do Cambuí

(Introdução para uma História de Matão)

Com uma área original e primeira de 35.510 alqueires, a Sesmaria do Cambuí, localizada na Latitude Sul 21°62' e longitude 48°18' W GR, tinha como limites as seguintes localidades:

Araraquara, Gavião Peixoto, Nova Europa, Tabatinga, Ibitinga, Itápolis e Matão.

Pertenceu, em primeiro grau, ao Cel. Joaquim Pinto de Moraes Leme, desde 1819 ou 1812). Legou-se a sua sobrinha, d. Brites Moraes Pinto Gavião que, por sua vez, legou-a a seu sobrinho, Bernardo Avelino Gavião Peixoto. Nesse tempo, as terras foram avaliadas em 200 contos de réis.

Em 1908, foi construído o ramal ferroviária que ligava Silvânia a Tabatinga, passando por toda a extensão da fazenda.

Em 25 de novembro de 1911, Gavião Peixoto vende a fazenda para Carlos Leôncio de Magalhães, por 1.700 contos de réis.

Apossando-se da propriedade, Carlos de Magalhães resolve fundar a Companhia Industrial Agro-Pastoral D'Oeste de São Paulo, ano 1912, com um capital de 4.000 contos, cujos acionistas eram:

Carlos L. Magalhães, com 18.043 ações; Carlos Batista de Magalhães, com 1.500 ações; Eduardo Monteiro Reis, com 250 ações; Ernestina Pinto Alves, com 50 ações; Guilherme Lebeis, com 50 ações; João Bernardino Cesar Gonzaga, com 50 ações; Otavio Monteiro Reis, com 25 ações; João Batista Pereira de Almeida, com 8 ações; Estevão A. de Oliveira, com 8 ações; Joaquim de Meira Botelho, com 8 ações; Luiz Teixeira Leite, com 8 ações — Total: 20.000 ações.

No ocorrer dos anos, a Cia. sofreu com a geada de 1918, a onda de gafanhotos, a gripe espanhola e com o curuquerê do algodão, mais as dificuldades oriundas da Grande Guerra.

Em 1921, Magalhães vive dificuldades econômicas e recebe uma oferta de empréstimo de 6 mil contos de um grupo inglês, com a finalidade de desenvolver a criação de 20.000 cabeças de gado, em 10.000 alqueires. Não se concretizou a negociação.

Em 1924, a Cia. contava com 9.563 alqueires de florestas; 1.394 alqueires de café; 300 alqueires de terra aradas; 5.000 alqueires de pastos; 7.000 alqueires de campos; 359 casas de tijolos; 80 casas de madeira; 1 tulha de café, 1 de benefício de arroz e 5 de outros tipos e finalidades; 13,5 km de estrada de ferro cortavam as terras de Silvânia até Tabatinga e 150 km de rodovias se entrecruzavam em toda sua área: 2.500 cabeças de gado bovino; 281 cabeças de outros animais.

A VENDA PARA OS INGLESES

Desde o início, Magalhães quis fazer uma sociedade com o Cel Schmid", "o rei do café" da região de Ribeirão Preto e Sertãozinho, mas não deu certo; depois manteve entendimentos com um Sindicato Francês, depois com americanos, mais tarde com o Banco Francês e Italiano para a América do Sul e, mais tarde, ainda, com outro grupo de italianos, com nenhum deles o negócio se concretizou.

Por volta de 1924, Magalhães resolve

fazer a "picança". Nesse momento, no entanto, surge o interesse da Brazilian Warrant Co. Limited, de Londres. Concretiza-se o negócio e Magalhães recebe o maior cheque da história econômica do Brasil até essa época — 20 mil contos de réis.

De posse da propriedade, os ingleses denominam-na Cia. Agrícola Fazendas Paulistas, na Inglaterra transformada em Cambuhy Coffee and Cotton Estates Limited.

Fonte: Dr. Enio Casalechi.

Companhia Agrícola Fazendas Paulistas ou Fazenda dos Ingleses

1 — Em 1924, no mês de novembro, dia 4, o sr. Carlos Leôncio de Magalhães, ou, simplesmente, Nhonhô Magalhães, vendeu para a Brazilian Warrant Company Limited "uma propriedade agrícola de 30 mil alqueires já coalhada de cafeeiros, pastarias e frondosas matas virgens", pela quantia de 20:000.000\$000 (vinte mil contos de réis).

2 — Por que Nhonhô Magalhães vendeu a sua fazenda?

Segundo historiador matonense, sr. Januário Groppa, o próprio Nhonhô Magalhães assim se explicou:

"Sabe o que vou fazer? Vou vender tudo o que tenho.

Se os ingleses me pagarem 20 mil contos, vendo tudo mesmo. Sabe o que eu vou fazer com esse dinheiro? Vou projetar e executar uma fazenda que não está nos livros, não está na terra, mas está matutando na minha cabeça. Ainda acredito no café. Acho que o café ainda não terminou a obra que começou, um Brasil grande e forte. Mas crise está no ar, meu faro não nega.

Pode ser mera intuição, mas intuição é inteligência batendo recorde de velocidade".

(Matão de meu Deus - pág. 200/201)

3 — A partir dessa data a fazenda passou a denominar-se Companhia Agrícolas Fazendas Paulistas, cuja sede ficava na Seção de Boa Vista, onde se localizavam os escritórios centrais e onde residia o seu Gerente Geral, Mr. Daniel Amyand Haggard.

4 — Todo o conjunto agrícola estava dividido em seções, cada uma delas administrada por um Administra-

dor que, em grupo, prestava contas a um Supervisor, em geral, de nacionalidade inglesa. Entre as várias seções podem ser citadas: a Boa Vista, Toriba (onde estava instalada a Fábrica de Óleo de Algodão e Amendoim e de óleos essenciais), Cambuhy de café, Cambuhy de Criar, Tamanduá, Virgínia, Califórnia, Flórida, Água Sumida, Niagara, Araruba, etc.

5 — A Brazilian Warrant Company Limited era uma empresa inglesa de capital aberto. A partir de 1952, o Grupo Moreira Sales iniciou o processo de compra de ações, na Bolsa de Londres e, em 1956, já adquiria o controle acionário da empresa. Esse fato gerou a nacionalização do empreendimento. Logo mais, em 1958, o Grupo Moreira Sales loteou grande parte da área, reservando para si 14.000 ha., onde estão plantados os seus laranjais, os seus cafezais e seringais, além do cultivo de grãos (milho e soja). Nas pastagens desenvolveu-se um rebanho de cria, cuja marca MS impõe respeito em toda a pecuária nacional.

6 — Enquanto existiu, como Fazenda dos Ingleses, a imensa propriedade agrícola exerceu eficaz influência sobre os usos e costumes da cidade de Matão. Primeiramente, porque oferecia uma série de benefícios aos seus funcionários e pagava os melhores salários de toda a região; que ali trabalhava, principalmente, nos escritórios centrais, gozava de um "status" de fazer inveja. A seguiram todas as festas do Padroeiro - Senhor Bom Jesus de Matão, tinham o seu início e término determinados pela data de pagamento na "companhia". Assim é que elas começavam no domingo de julho após o pagamento do mês e se encer-

(Continua na página 8)

Nhonhô Magalhães

O BANDEIRANTE MÓR DE MATÃO

(Do Livro "Matão de Meus Deus" de Januário Grappa)

Discorrer sobre Nhonhô Magalhães é um tema para letrados de alta procedência e profundidade em conhecimentos gerais e psicologia, para estampar o modo exato do temperamento audaz, indômito, triunfante, vista alongada de Condor nos picos dos Andes e Mestre dos Mestres, que se dizem aptos para desvendar os mistérios da terra e sua germinação vegetativa.

Longe, muito longe de mim a audácia, pretensão laudatória de parafrasear as teorias esmerilhadas com soberano realce do plantador de café, cana e criador de bois em manadas, chamado Nhonhô Magalhães.

Apenas vejo-me feliz e honrado tê-lo conhecido de vista nos fins de 1920 na farmácia do saudoso Sr. Benedito Rosa de Lima e Costa, ouvindo-o chamar em alta voz seu administrador, Guido Traballi, assim:

"Guido, vamos embora antes do sol descer, temos muito que ver nos talhões do café novo".

Até 1923 e 24 espaçadamente aportava em Matão com a rapidez dum bólido singrando o firmamento. Tal sua fama, sempre apressado e sua risada sonora e fácil, faz-me como se agora o estivesse vendo igual a sessenta e mais anos idos. Quando a 4 de novembro de 1924 (*), vendeu a Fazenda Cambuí com mais de 30 mil alqueires já coalhada de cafeeiros, pastarias e frondosas matas virgens ainda abruptas à Brazilian Warrant Company, recebeu um cheque no valor de VINTE MIL CONTOS DE RÉIS, o maior cheque até então pago na História do Brasil, comentado com destaque na imprensa do exterior, deixando Matão e o Brasil aturridos ante o gigantesco negócio.

Afim de valorizar esta minha nota singela, traçando como pude a personalidade de Carlos Leôncio Magalhães, sentindo-me orgulhoso e para mais clareza sobre o Grande Fazendeiro, transcrevi um trecho do seu fabuloso depoimento que o grande jornalista Joel Beting, através da farta documentação antiga, inseriu em 6 de junho de 1975, na "FOLHA DE SÃO PAULO...":

(*) O MAIOR CHEQUE — Em novembro de 1924, todos os jornais publicaram a raridade: "o maior cheque já emitido na história do Brasil", no valor de 20 mil contos de réis. Formada por Nhonhô Magalhães, a Fazenda Cambuí, de 30 mil alqueires de café, foi vendida a um grupo inglês, representado pela Brazilian Warrant Company, comissão e exportadora de Santos. Com parte desse dinheiro, Nhonhô Magalhães projetou uma fazenda-modelo, a Itaqueerê.

"O café planta cidades e eu planto café. Já plantei 5 milhões de pés. Um mundão de café. Sou um faisgador de ouro verde na boca do sertão, terra de macho. Mas o pessoal prefere elogiar os americanos, que estão plantando borracha na Amazônia. Vi uma plantação deles, lá no Pará. É um trabalho bonito. Os homens entram com tudo. Mas eu acho muito fácil plantar borracha com dólares. Difícil é plantar café com cuspe. Com cuspe, sim. Já tenho calo na língua de tanto selar papagaios.

Comecei com 15 contos emprestados e continuo selando papagaios nas fuças do tabelião. Tudo que eu tenho, todo esse mundão, foi feito sem capital. A gente entra com trabalho e coragem e a terra faz o resto. A terra dá susto, mete medo, mas nunca deixa a gente na mão. Já passei por apertos medonhos, mas quebrar, não quebrei. Na última geada, perdi tudo, uns dois milhões de pés, uns vinte mil alqueires torrados. Quando o sol nasceu, mandei podar tudo e enchi o cafezal de algodão. O café rebrotou e o algodão pagou tudo.

Sabe o que eu vou fazer? Vou vender tudo o que eu tenho. Se os ingleses me pagarem 20 mil contos, vendo tudo mesmo. Sabe o que eu vou fazer com esse dinheiro? Vou projetar e executar uma fazenda modelo, uma fazenda que não está nos livros, não está na terra, mas está matutando na minha cabeça. Ainda acredito no café. Acho que o café ainda não terminou a obra que começou, um Brasil grande e forte. Mas a crise está no ar, meu faro não nega. Pode ser mera intuição, mas intuição é inteligência batendo recorde de velocidade. Quero uma fazenda apoiada num tripé: café, cana e boi. Se o café fracassar, o açúcar me salva. Se os dois falharem, me agarro ao rabo do boi. Acho que chegou a hora de diversificar a lavoura. Já estamos em 1924, e daqui a cinco anos, se tanto, a coisa pode ficar muito feia. Se o café sofrer um desastre lá fora, o desastre será maior aqui dentro. Então, vou vender açúcar e carne, aqui ou no raio que o parta".

Como se pode ver, o seu depoimento é um desassombrado documento, que por natureza deve estar fulgurando na História do Brasil. Mas, acima de tudo, deveria servir de leme orientador a todos plantadores de café, cana e criadores de bois de nossa Pátria. Matão em sua pujança presente muito deve ao Conselheiro do Império Bernardo Avelino de Gavião Peixoto, Carlos Leôncio Magalhães, e Cia. Agrícola Fazendas Paulistas, alicérgas da estabilidade da cidade grande e triunfante dos dias do amanhã longínquo.

Companhia Agrícola, Fazendas Paulistas...

(Continuação da página 7)

ravam no domingo de agosto, também, após o pagamento do mês. Essa influência atingia, também, de modo bastante determinante as atividades do comércio local.

7 — Era tão extensa a área coberta pela propriedade e tantos os seus habitantes que durante muito tempo, correu da estação de Silvânia até Tabatinga, pelo meio da fazenda um ramal da Estrada de Ferro Araraquara. Com o loteamento, esse ramal, aos poucos foi sendo desativado e, hoje, não mais existe.

Segundo documento oficial, "em 6 de dezembro de 1956, a Corinda S.A. Indústria e Comércio e Administração e a Indústria e Administradora São Francisco Ltda. adaptaram a propriedade "Fazenda do Cambuí S.A." da Cambuí Agrícola e Industrial com uma área de 22.926, 10 alqueires.

Onze anos depois, em 1967 a, Corinda adquire a metade que pertencia à São Francisco Ltda., "passando a ser a única proprietária."

Hoje, o domínio da área, não tem 22.926, 10 alqueires, porque uma boa parte foi loteada e adquirida por inúmeros fazendeiros e sitiantes, mas dos 5.811, 16 alqueires ou 14.063,072 hectares, que se esparramam pelos Municípios de Matão, Nova Europa, Tabatinga e Araraquara, pertencem ao Grupo Moreira Sales (assunto de que nos ocuparemos em nosso próximo trabalho, quando do Livro sobre as Empresas que construíram os 100 anos de Matão). apud Januário Grappa

Em Matão, município, o Grupo Moreira Sales domina uma área de 3.254,8067 alqueires ou 7.876.6344 hectares, onde, conforme se diz no item 5 do documento anterior, se cultivam os laranjais, os cafezais, os seringais, etc., além de desenvolver a criação de um rebanho invejável e de mercado altamente positivo.